

A aprendizagem do sistema de escrita: questões teóricas e didáticas¹

Telma Weisz é Doutora em psicologia da aprendizagem e do desenvolvimento humano pela USP. Professora no mestrado em *Escritura y Alfabetización* na Universidade de La Plata, Argentina. Supervisora do PROFA e do *Ler e escrever*. Professora e coordenadora da pós-graduação *Lato Sensu* em Alfabetização no Instituto Superior de Educação Vera Cruz.

Contato: telweisz@uol.com.br

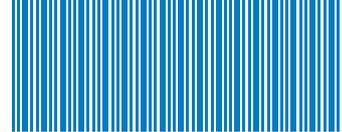
Resumo

Desde sua publicação, em 1979, a obra *Los sistemas de escritura en el desarrollo del niño*, de Emilia Ferreiro e Ana Teberosky (publicado no Brasil em 1985, como *Psicogênese da língua escrita*), inspirada no construtivismo piagetiano, suscitou diversos estudos e experiências pedagógicas. Decorridas mais de três décadas da publicação da obra no país, o artigo analisa alguns desdobramentos, teóricos e práticos, desta obra, citando as experiências do PROFA, do Programa Ler e Escrever e dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que ao propor o ensino da língua concomitantemente à alfabetização se colocaram contrários à tradição pedagógica brasileira de separá-la do letramento. Palavras-chave: Alfabetização. Letramento. Construtivismo.

Abstract

Since it was published, in 1979, the book *Los sistemas de escritura en el desarrollo del niño*, by Emilia Ferreiro and Ana Teberosky (published in Brazil in 1985 and titled *Psicogênese da língua escrita*), inspired by the Piagetian constructivism, evoked several studies and pedagogical experiences. More than three decades after the book was published in the country, this article analyzes some theoretical and practical developments of the book, citing the PROFA (*Literacy Teachers Training Program*), the *Programa Ler e*

1. Versão ampliada e revisada de artigo publicado em WEISZ, Telma *A aprendizagem do sistema de escrita: questões teóricas e didáticas* in: MORTATTI, Maria do Rosário Longo; FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva (orgs.). *Alfabetização e seus sentidos: o que sabemos, fazemos e queremos*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Editora Unesp, 2014.



Escrever (Reading and Writing Program) and the *Parâmetros Curriculares Nacionais* (PCN - National Curricular Parameters) experiences, which, when suggesting the teaching of the language together with literacy, differ from the Brazilian tradition of teaching them separately.

Keywords: Literacy. Constructivism.

Analisando os materiais atualmente propostos no Brasil para formação de alfabetizadores e as avaliações mais recentes focadas na alfabetização, observamos que, depois de 37 anos da publicação das primeiras pesquisas de Emilia Ferreiro, que mostraram a evolução das ideias infantis sobre a escrita, a rejeição aparentemente total à psicogênese da língua escrita refluíu, mantendo-se apenas em pequenos grupos com interesses próprios.

O termo psicogênese está de tal forma associado à alfabetização que a maior parte das pessoas pensa que é um substantivo próprio (com grande frequência escrito com maiúscula) quando, na verdade, é um substantivo comum. Podemos dizer que para todo objeto de conhecimento o sujeito constitui uma psicogênese, que nada mais é do que a gênese psicológica desse determinado objeto; é a descrição do processo pelo qual o sujeito adquire, se apropria, constrói, ou melhor, reconstrói para si mesmo esse objeto social de conhecimento.

Uma descrição psicogenética é, necessariamente, feita do ponto de vista do aprendiz. É, para qualquer que seja o objeto, a descrição:

- do seu processo de apropriação desse objeto, de como o aprendiz vai avançando de um estado de menor conhecimento para um de maior conhecimento;
- da sua ação de transformação sobre esse objeto, isto é, de como o aprendiz transforma (e deforma) conceitualmente o objeto para poder progressivamente compreendê-lo;
- da filiação de suas ideias sobre a natureza e o modo de funcionamento dele.

O construtivismo piagetiano, ou construtivismo interacionista, suporte teórico das pesquisas de Emilia Ferreiro e colaboradores — tão comentado e tão pouco estudado e compreendido —, busca, em todas as suas pesquisas, construir uma descrição do processo pelo qual o sujeito reconstrói para si mesmo determinado objeto presente em sua cultura, mediado por outros sujeitos que atuam como interpretantes.



O gigantismo e a complexidade da obra de Jean Piaget acabam por fazer com que, principalmente em razão da dificuldade de ler seus textos, se reduzam suas descobertas a uma mera sequência de etapas, de níveis que o aluno deveria ser ensinado a vencer.

Em primeiro lugar, uma psicogênese, como a da língua escrita, não é um conjunto de níveis a serem superados e muito menos abandonados.²

A psicogênese da língua escrita é a descrição de um processo em que o sujeito aprendiz vai avançando a partir do ultrapassamento das contradições entre suas próprias ideias sobre o objeto que está desvelando, no caso, o sistema de escrita. Trata-se de um processo dialético que, se bem defina níveis, não é definido por eles, e sim pela maneira com que o aprendiz progride *entre e dentro* deles.

As investigações psicogenéticas de Emilia Ferreiro não se encerraram com a pesquisa originária, publicada como *Los sistemas de escritura en el desarrollo del niño*, em 1979, em espanhol, e traduzida para o português, em 1985, como *Psicogênese da língua escrita*.

Essas investigações seguem em muitas e variadas direções, e, no que se refere especificamente à aprendizagem do sistema de escrita, receberam contribuições fundamentais de Sofia Vernon com sua tese *O processo de construção da correspondência sonora na escrita* (na transição entre os períodos pré-silábico e o silábico) (VERNON, 1997). Os resultados dessa tese já estão disponíveis há anos e foram incorporados ao PROFA/Letra e Vida – Programa de Formação de Professores Alfabetizadores³, no qual aparecem no vídeo “Construção da escrita, primeiros passos”. O que Sofia Vernon estudou foi a natureza da passagem da escrita ainda não fonetizada para uma escrita já fonetizada, mas ainda precária: a escrita silábica. Até a publicação desse trabalho era muito disseminada a ideia de que o que chamávamos, e ainda chamamos, de hipótese silábica era fruto – ou pelo menos se beneficiava – de um treinamento oral em segmentação silábica. A ideia era a de que, aprendendo a separar as sílabas oralmente, o passo seguinte seria aplicar (*sic*) esse conhecimento à escrita. O que Sofia Vernon deixou claro é não se tratava de uma simples transferência de saberes, e sim de uma construção.⁴

Bem mais recentemente, foram divulgados resultados das investigações de Emilia Ferreiro que jogaram luz sobre a passagem da escrita silábica para a alfabética.

2. Quando dizemos que uma psicogênese, como a da língua escrita, não é um conjunto de níveis a serem superados e muito menos abandonados, estamos nos referindo ao fato de que, por exemplo, as primeiras hipóteses construídas pelas crianças – a de que é necessária uma “quantidade mínima de letras” (em geral três) para que algo esteja escrito e a de “variedade necessária”, que diz que não se pode escrever repetindo a mesma letra, caso contrário o escrito não será legível – não deixam de existir, muito pelo contrário. Quando se constitui a escrita silábica, essas duas hipóteses anteriores, em vez de desaparecer, se tornam um poderoso fator de avanço. Na escrita de dissílabos passa a ser necessário agregar pelo menos uma letra (como é possível se ver no vídeo “Pensando em voz alta”, no qual as duas meninas precisam agregar um I entre o D e o T para resolver o problema da nasal e não escrever “dente” com apenas duas letras). No caso das escritas silábicas nas quais as letras usadas são as vogais, a questão colocada pela escrita de várias vogais iguais (BATATA, por exemplo) abre as portas para a introdução das consoantes, melhor forma de garantir a não repetição. Essas soluções pontuais para resolver contradições locais abrem caminho para a ultrapassagem das escritas silábicas e a progressiva aproximação à escrita alfabética.

3. Lançado em 2001 pela Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, o Programa de Formação de Professores Alfabetizadores (PROFA) “[...] é um curso de aprofundamento, destinado a professores e formadores, que se orienta pelo objetivo de desenvolver as com-



Esse trabalho de Ferreiro tem origem em duas teses, orientadas por esta pesquisadora – a de Graciela Quintero (1997) e a de Claudia Molinari (2013) –, e acaba de ser publicado em português (FERREIRO, 2013). Outra fonte de informação sobre o assunto é o vídeo “Pensando em voz alta” – parte 1 (Programa LER e ESCREVER)⁵.

Esse pequeno fragmento de vídeo faz parte de um projeto que chamamos de Faz de Conta. É um jogo de compra e venda no qual as crianças devem organizar um mercado com diferentes gôndolas. Precisam escrever os nomes das classes de produtos (higiene pessoal, condimentos etc.) e dos produtos propriamente ditos em suas listas de compras. As duas meninas que aparecem no fragmento estão escrevendo uma lista de produtos de higiene pessoal:

SABONETE

SHAMPOO

PASTA DE DENTES

Disponível em: <https://goo.gl/VFSi2T> (acesso em 28.jun.2016)

O panorama das investigações mostra que o campo aberto pela pesquisa original da psicogênese da língua escrita é, atualmente, mais amplo e profundo do que os estudos de 30 atrás.

Mas o fato de alguns elementos da descrição psicogenética do processo de alfabetização, em particular a descrição dos famosos “níveis” (de aquisição da língua escrita), estarem presentes em tantos materiais didáticos não significa que sua presença seja suficiente para produzir qualquer diferença na ação didática decorrente.

Temos encontrado atividades como a apresentada na Figura 1.



Figura 1 - Atividade encontrada em caderno de aluno do 1º ano do Ensino Fundamental

petências profissionais necessárias a todo professor que ensina a ler e escrever. Por intermédio deste projeto serão oferecidos meios para criar um contexto favorável para a construção de competências profissionais e conhecimentos necessários a todo professor que alfabetiza. [...] Um grupo de formação permanente, um modelo de trabalho pautado no respeito aos saberes do grupo e em metodologias de resolução de problemas, materiais escritos e videográficos especialmente preparados para o curso e uma programação de conteúdos que privilegia aqueles que são nucleares na formação dos alfabetizadores.” <http://goo.gl/ELV9c5> (acesso em 16.jun.2016).

4. Ver *A construção da escrita na criança*, pp. 77-102 do livro *Com todas as letras*, de Emilia Ferreiro.

5. Criado em 2007, pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, o Programa Ler e Escrever, “Mais do que um programa de formação [...] é um conjunto de ações articuladas que inclui formação, acompanhamento, elaboração e distribuição de materiais pedagógicos e outros subsídios, constituindo-se como uma Política Pública para o Ciclo I, que busca promover a melhoria do ensino em toda a rede estadual. Sua meta é ver plenamente alfabetizadas todas as crianças com até oito anos de idade (2ª série/3º ano) e consequentemente garantir, após a aquisição da escrita alfabética, as competências necessárias para que as mesmas possam adequar seu discurso oral e escrito as diferentes situações comunicativas, intenções e interlocutores”. Disponível em: <http://goo.gl/BYl-qEh> (acesso em 27.jun.2016).



Por trás dessa atividade, está a ideia de que, quando os alunos produzem escritas silábicas centradas nas vogais, é porque não sabem as consoantes. Se soubessem, poderiam escrever alfabeticamente. Trata-se, porém, de total falta de consistência teórica que leva à total falta de consistência didática.

A presença mal compreendida dos níveis de aquisição da língua escrita nos materiais atualmente em circulação me faz lembrar a fase inicial do processo de elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) (BRASIL, 1997), quando tivemos que ler os currículos de todos os estados da federação. Na época, o que nos chamou mais a atenção foi o fato de todos começarem com um ardoroso manifesto político, que não se articulava de nenhuma forma com a definição e organização dos conteúdos presentes nas páginas seguintes.

Atualmente encontramos a descrição dos níveis de aquisição da língua escrita na introdução de documentos oficiais relativos à alfabetização, mas tudo o que se segue não considera em nada as ideias do sujeito aprendiz. É como se a interlocução do professor, seja com um aluno que ainda não fonetiza a escrita, seja com um que apenas começa a fonetizar ou um cujo processo de fonetização está mais avançado, pudesse ser sempre igual. Como se as ideias que guiam a reflexão do aluno não fizessem diferença nas situações de oferta de informação pelo professor. E não somente na oferta de informações, mas também no que o professor espera que o aluno seja capaz de fazer com a informação oferecida.

Essa falta de diálogo entre o ensino e a aprendizagem está – e sempre esteve – na origem da produção do analfabetismo dentro da escola.

Passados 20 anos de sua publicação, resolvemos revisitar os PCNs dos anos iniciais do Ensino Fundamental, no que se refere à alfabetização inicial.

Reencontramo-nos com as questões que nos moveram no momento em que buscávamos a forma de introduzir a alfabetização nos PCNs, no que se refere às questões relacionadas à aprendizagem do sistema alfabético de escrita, sem diluir sua especificidade nos blocos de conteúdo de ensino.

A questão era como situar a alfabetização, sem desconsiderar os blocos de conteúdo, denominados “prática de leitura e prática de produção de texto”, e sem direcionar o olhar do professor com ênfase tal nos aspectos discursivos que ele poderia pensar



que os aspectos notacionais não precisam ser ensinados, que são aprendidos *espontaneamente* (como um subproduto da aprendizagem dos aspectos discursivos). Mas também cuidamos de não curvar a vara na direção contrária, ou seja, de não tratar a aquisição da escrita alfabética como a aprendizagem da simples correspondência entre letras e sons, algo prévio e alheio à língua propriamente dita.

É da tradição pedagógica brasileira *separar a alfabetização do ensino da língua*, ou, como se diz atualmente, *separar a alfabetização do letramento*. Os PCNs tentaram modificar essa tradição:

- a) mostrando que a aprendizagem dos aspectos discursivos da língua é concomitante – ou mesmo anterior – à aprendizagem dos aspectos notacionais, por considerar a capacidade de produzir textos em linguagem que se usa para escrever como *não dependente* do domínio do sistema alfabético de escrita;
- b) marcando enfaticamente que a alfabetização (no sentido restrito de aquisição da escrita alfabética) ocorre *dentro* de um processo mais amplo de aprendizagem da língua; e
- c) desenvolvendo o tópico “alfabetização” dentro do bloco de conteúdos “análise e reflexão sobre a língua” e explicitando que se aprende a ler e escrever por meio de procedimentos de análise linguística.

Estamos chamando atividades de análise linguística⁶ as que tomam determinadas características da linguagem como objeto de reflexão. Essas atividades se apoiam em dois fatores:

- a capacidade humana de refletir, analisar, *pensar sobre* os fatos e os fenômenos da linguagem;
- a propriedade que a linguagem tem de poder se referir a si mesma, de “falar” sobre a própria linguagem.

A análise linguística se refere a atividades que podemos classificar em epilinguísticas e metalinguísticas. Ambas são atividades de reflexão sobre a língua, mas se diferenciam nos seus fins.

Nas atividades *epilinguísticas*, a reflexão está voltada para o uso, no interior mesmo da atividade linguística em que se realiza. É esse tipo de análise que interessa à alfabetização.

6. Os termos análise linguística, atividade epilinguística e atividade metalinguística são utilizados aqui como propostos em GERALDI, João Wanderley. *Portos de passagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.



No capítulo dos PCNs dedicado à alfabetização, dentro do bloco de conteúdo “análise e reflexão sobre a língua”, formulamos as questões da seguinte forma:

- a) para aprender a ler e a escrever é preciso *pensar* sobre a escrita, pensar sobre *o que* a escrita representa e *como* ela representa graficamente a linguagem;
- b) algumas situações didáticas favorecem especialmente a análise e reflexão sobre o sistema alfabético de escrita e a correspondência fonográfica. São atividades que exigem uma atenção à análise – tanto quantitativa quanto qualitativa – da correspondência entre segmentos falados e escritos. São situações privilegiadas de atividade epilinguística, em que, basicamente, o aluno precisa:
 - ler, isto é, descobrir o que está escrito em um texto, embora ainda não saiba ler;
 - escrever, isto é, grafar algo com a intenção de que se possa lê-lo, apesar de ainda não saber escrever.

Em ambas as situações, para poder realizá-las, é necessário que o aluno ponha em jogo tudo o que sabe sobre a escrita.

Nas atividades de “leitura”, o aluno precisa analisar todos os indicadores disponíveis para descobrir o significado do texto e poder decidir o que está escrito (e onde). Isso pode acontecer de duas formas:

- pelo ajuste dos segmentos do texto falado – que ele conhece de memória – aos segmentos escritos, isto é, localizando os itens lexicais a partir do que sabe que está escrito em cada verso das parlendas ou quadrinhas, que são os textos adequados para essa atividade. Nesse tipo de leitura, as decisões de seleção são confirmadas, ou não, pela presença de letras que lhes correspondem;
- pela combinação de estratégias de antecipação (a partir de informações obtidas no contexto – imagens, por exemplo) com índices providos pelo próprio texto, em especial os relacionados aos aspectos qualitativos da correspondência fonográfica.

Nas atividades de escrita, o aluno que ainda não sabe escrever convencionalmente precisa se esforçar para construir



procedimentos de análise e encontrar formas de representar graficamente aquilo que se propõe a escrever.

É por isso que essas são boas atividades de alfabetização: desde que haja informação disponível e espaço/condições para a reflexão sobre o sistema de escrita, *os alunos constroem os procedimentos de análise necessários para que a alfabetização se realize.*

Mas, para que isso aconteça, o professor precisa dirigir a atividade: escolhendo o texto a ser escrito, definindo os parceiros (em função do que sabe acerca do conhecimento que cada aluno traz), orientando a busca de fontes de consulta, colocando questões que apoiem a análise e oferecendo informação específica, sempre que necessário.

É interessante observar que as práticas que têm sido divulgadas por meio de programas como o PROFA⁷/Letra e Vida⁸ e o Ler e Escrever continuam sendo mal compreendidas e apontadas como “espontaneístas”, como aprender as letras em situação de uso:

- saber cantar o alfabeto e dispor de um alfabeto escrito, que permita localizar a letra que se quer, até não precisar mais dele – como se pode observar no vídeo disponível em: <http://youtu.be/9FZIFNhEeGo> (acesso em 16 jun. 2016) ;
- usar a lista dos alunos da classe como um repertório de palavras estáveis no qual se pode buscar informação ajustada ao que o aluno pode compreender (o “C” da palavra “Camila” pode ser o “C” para um aluno que recém escreve silabicamente, ou o “CA” para um aluno um pouco mais avançado)

Em tese de doutorado, defendida em 2014, na qual Regina Scarpa analisa quatro classes do último ano da Educação Infantil, encontramos o seguinte dado:

Foi possível observar que as crianças das Escolas Z têm um repertório maior de letras conhecidas do que as crianças das Escolas X, embora nestas últimas as práticas de apresentação gradual e cópia de letras constituam-se em importantes eixos de trabalho durante todo o ano letivo. É importante destacar que as crianças das Escolas Z adquiriram um maior repertório de letras na interação com situações de escrita e leitura com sentido social, e não por meio de cópia e repetição, ou seja, aprenderam mais e em melhores condições didáticas. (...)

7. <http://goo.gl/ELV9c5> (acesso em 29.jun.2016)

8. Anteriormente ao Programa Ler e Escrever, o Programa Letra e Vida (originalmente o PROFA agora com novo nome) foi implantado e implementado na Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, em 2003, “[...] com a finalidade de promover a melhoria na qualidade da aprendizagem dos alunos no que se refere à leitura e escrita de textos nas séries iniciais.



(...) Em síntese, a apresentação gradual e sistemática de letras isoladas atreladas aos sons que representam não se mostrou a melhor forma de ensino quando se quer que as crianças aprendam as letras do alfabeto, que, como já mencionado, embora seja um conhecimento importante, não é pré-requisito para a evolução da compreensão do sistema alfabético de escrita.

Outra vantagem dessa opção didática de não isolar as letras de seus contextos de uso – mas de ensiná-las a partir da língua escrita – é a de não perder de vista as características do objeto de ensino, isto é, a linguagem escrita é sempre mediada pelas práticas sociais de leitura e escrita. (SCARPA, 2014, pp. 154 e 155).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. *Parâmetros Curriculares Nacionais – Língua Portuguesa*. Brasília: MEC/SEB, 1997.

FERREIRO, Emilia; TEBEROSKY, Ana. *Psicogênese da língua escrita*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

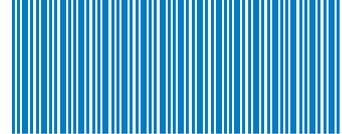
FERREIRO, Emilia. *A construção da escrita*. In: FERREIRO, Emilia. *Com todas as Letras*. São Paulo: Cortez, 1992.

FERREIRO, Emilia. *Os Adultos não alfabetizados e suas conceptualizações do sistema de escrita*. São Paulo: Hucitec 2012.

FERREIRO, Emilia. *A desestabilização das escritas silábicas: alternâncias e desordem com pertinência*. In: FERREIRO, Emilia. *O ingresso na escrita e nas culturas do escrito*. São Paulo: Cortez, 2013, p. 63-76.

GERALDI, João Wanderlei. *Portos de Passagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

MOLINARI, Claudia; FERREIRO, Emilia. *Identidades e diferenças na escrita em papel e em computador nas primeiras etapas do processo de alfabetização*. In: *O ingresso na escrita e nas culturas do escrito*. São Paulo: Cortez, 2013, p. 77-100



QUINTEROS, Graciela. *El uso y función de las letras en el periodo pre-alfabético*. Publicado como *Serie DIE 27*. Primera edición, noviembre de 1997, CINVESTAV, Centro de Investigación y de Estudios Avanzados del Instituto Politécnico Nacional.

VERNON, Sofia. *El proceso de construcción de la correspondencia sonora en la escritura (en la transición entre los periodos pre-silábico y el silábico)*. Publicado como *Serie DIE 6*. Primera edición, julio de 1997, CINVESTAV, Centro de Investigación y de Estudios Avanzados del Instituto Politécnico Nacional

SCARPA, Regina. *O conhecimento de pré-escolares sobre a escrita: impactos de propostas didáticas diferentes em regiões vulneráveis*. Tese de doutorado FEUSP 2014.

Recebido em: 27/04/2016

Revisto em: 26/06/2016

Aceito em: 28/06/2016

